



Revista on line de Política e Gestão Educacional
Online Journal of Policy and Educational Management



1 Prefeitura Municipal de Marília (PMM), Marília – São Paulo (SP) – Brasil. Doutora em Educação Escolar. Professora da Rede Municipal de Ensino de Marília.

2 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara – São Paulo (SP) – Brasil. Doutor em Saúde Mental e Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual. Professor Associado Sênior.



EDUCAÇÃO SEXUAL E MÍDIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ESCOLA

EDUCACIÓN SEXUAL Y MEDIOS DE COMUNICACIÓN: RETOS Y POSIBILIDADES PARA LAS ESCUELAS

SEX EDUCATION AND MEDIA: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR SCHOOLS

Jessica Sampaio FIORINI¹

jessica.fiorini@unesp.br

Paulo Rennes Marçal RIBEIRO²

paulo.rennes@unesp.br



Como referenciar este artigo:

Fiorini, J. S., & Ribeiro, P. R. M. (2025). Educação sexual e mídias: desafios e possibilidades para a escola. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 29, e025117. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29i00.20974>.

Submetido em: 05/11/2025

Revisões requeridas em: 25/11/2025

Aprovado em: 15/12/2025

Publicado em: 28/12/2025

RESUMO: O debate sobre a inserção da sexualidade no currículo escolar não foi resolvido após sua introdução nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998. Recentemente, termos relacionados à sexualidade foram suspensos da última versão da Base Nacional Comum Curricular, de 2017, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, o que reforça ser a sexualidade ainda um tabu, principalmente quando nas discussões sobre o currículo escolar para crianças. Por outro lado, a dificuldade apresentada pelos/as professores/as quando nas tentativas de abordagem sobre essa temática salienta a necessidade de continuidade de estudos na área que valorizem a discussão sobre as práticas em educação sexual. Este artigo tem como objetivo fomentar a reflexão sobre possibilidades de abordagem da sexualidade na escola e a introdução da educação sexual no Ensino Fundamental. Traz para a discussão a questão das mídias como coadjuvas nas práticas em educação sexual, da qual podem ser grandes aliadas. Para a coleta e análise de informações, escolhemos a revisão narrativa da literatura. O artigo pode contribuir para a educação continuada de professores e despertar o interesse por esta área da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual. Currículo escolar. Mídias. Ensino Fundamental.

RESUMEN: El debate sobre la inclusión de la sexualidad en el currículo escolar no se ha resuelto desde su introducción en los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN) en 1998. Recientemente, los términos relacionados con la sexualidad fueron suspendidos de la última versión de la Base Curricular Nacional Común (BNCC) de 2017 para Educación Infantil y Primaria, lo que refuerza el hecho de que la sexualidad sigue siendo un

tabú, especialmente en las discusiones sobre el currículo escolar infantil. Por otro lado, las dificultades que presentan los docentes al intentar abordar este tema resaltan la necesidad de estudios continuos en el área que valoren la discusión de las prácticas en educación sexual. Este artículo tiene como objetivo fomentar la reflexión sobre las posibilidades de abordar la sexualidad en la escuela y la introducción de la educación sexual en la Educación Primaria. Trae a la discusión la cuestión de los medios de comunicación como coadyuvantes en las prácticas de educación sexual, de los cuales pueden ser grandes aliados. Para la recolección y análisis de datos, optamos por una revisión narrativa de la literatura. Este artículo puede contribuir a la formación continua del profesorado y despertar el interés por esta área de la educación.

PALABRAS CLAVE: Educación sexual. Currículo escolar. Medios de comunicación. Educación primaria.

ABSTRACT: *The debate surrounding the inclusion of sexuality in the school curriculum has not been resolved since its introduction in the National Curriculum Parameters (PCN) in 1998. Recently, terms related to sexuality were removed from the latest version of the National Common Curriculum Base (BNCC) of 2017 for Early Childhood and Elementary Education, reinforcing the fact that sexuality remains a taboo, especially in discussions about the school curriculum for children. On the other hand, the difficulties faced by teachers when attempting to address this topic highlight the need for continued studies in the area that value discussions about practices in sex education. This article aims to foster reflection on possibilities for addressing sexuality in schools and the introduction of sex education in elementary school. It brings the issue of media into the discussion, considering possibilities for practices in sex education in which they can be great allies. For data collection and analysis, we chose a narrative literature review. This article can contribute to the continuing education of teachers and spark interest in this area of education.*

KEYWORDS: Sex education. School curriculum. Media. Elementary education.

Artigo submetido ao sistema de similaridade



Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

INTRODUÇÃO

O conceito de sexualidade torna-se complexo ao considerarmos suas diferentes dimensões, bem como as interferências ocorridas ao longo da história da humanidade, as quais nortearam a compreensão sobre essa questão, transformando seus significados. Dentre os responsáveis por essas interferências que influenciaram e influenciam diretamente na forma como é compreendida a sexualidade humana, estão a religião e a ciência vinculada a correntes médico-higienistas, segundo Ribeiro (2002).

A dimensão social que implica sobre a concepção e sobre os padrões relacionados à sexualidade faz parte, segundo Maia e Ribeiro (2011), do que se entende por educação sexual, que, quando realizada de forma sistemática e planejada no âmbito educacional, é compreendida como educação sexual escolar.

Essa, já nas primeiras décadas do século XX era assunto de muitos livros publicados em conceituadas editoras do Rio de Janeiro e de São Paulo (Reis & Ribeiro, 2004) e, mais proximamente aos anos 1980, a educação sexual era pauta em grandes debates na esfera das políticas educacionais que discutiam o currículo escolar, de acordo com Barroso e Bruschini (1982). Na década de 1930, o médico José de Albuquerque criou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), propôs que a Educação Sexual fosse levada às escolas de todo o país, publicou livros, organizou congressos e utilizou o rádio para difundir temáticas sexuais para o público por meio de palestras (Reis & Ribeiro, 2004). Justamente por levar efetivamente a educação sexual para o rádio, José de Albuquerque é o grande pioneiro que conseguiu alcançar muitos receptores simultaneamente utilizando um dos mais importantes veículos da mídia tradicional (Albuquerque, 1935). Outro espaço utilizado por José de Albuquerque para a Educação Sexual foi o museu, tendo criado em 1934 o Museu e Pinacoteca de Educação Sexual, que recebia excursões de alunos organizadas por diretores de escolas (Oliveira et al., 2023). Até a sua recomendação oficial para ser introduzida no currículo escolar brasileiro como um tema transversal, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1998), nas décadas de 1980-1990, houve diversas tentativas de inserção e trabalho com a sexualidade na escola, mas que sempre se chocavam com entraves morais envoltos sobre a questão, conforme apontam Werebe (1998) e Gallacho (2000).

A Educação Sexual é um assunto que provoca conflitos quando é discutida como possibilidade de inserção curricular. Após a inserção da “orientação sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998, essa problemática não se deu por encerrada e as opiniões continuam divergentes. Em 2017, os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” foram suprimidos da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, fato que ressalta a existência de determinadas compreensões conservadoras a respeito dos assuntos relacionados à educação sexual, em especial dirigida às crianças.

Nesse sentido, o tabu acerca da sexualidade parece ser ampliado quando é trazido para o âmbito da infância, o que historicamente é possível observar ao considerarmos, por exemplo, a repercussão dos primeiros estudos sobre essa temática realizados por Freud no século XIX que, por sua vez, provocaram espanto na sociedade, para a qual a sexualidade contrariava as ideias de “pureza” e “inocência” atreladas à infância (Werebe, 1998).

Contudo, para além das discussões a respeito da concepção de infância, é importante salientar que, desde Freud, diferentes estudos abordaram a temática da sexualidade na infância e a forma pela qual essa é manifestada. Segundo Maia (2005), essas manifestações da sexualidade infantil são diversas e podem ocorrer de forma peculiar, muitas vezes como modo de expressão sobre sua curiosidade e suas descobertas acerca do corpo, bem como das relações pessoais.

Assim, quando o assunto é educação sexual para crianças, muitos entraves são encontrados que não se limitam apenas às políticas curriculares, mas também ao “como fazer”. Essa dificuldade em relação à prática em educação sexual para crianças é mencionada entre os/as professores/as segundo diferentes pesquisas que abordam essa temática, apontando para a necessidade de formação específica que atenda aos anseios desses/as docentes quanto ao tema, além de discussão a respeito das práticas em educação sexual, refletindo-se sobre as possibilidades e desafios à luz da atual configuração curricular.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo instigar a reflexão sobre possibilidades de abordagem da sexualidade na escola, considerando a educação sexual própria dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para a coleta e análise de informações, escolhemos a revisão narrativa da literatura, que, segundo Rother (2007, p. v-vi), é apropriada

para descrever e discutir o desenvolvimento... de um determinado assunto sob ponto de vista teórico ou contextual... [constituído] basicamente de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas. Essa categoria de artigos tem um papel fundamental para a educação continuada pois, permite ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo... São considerados artigos de revisão narrativa e são qualitativos.

A partir desta metodologia, pudemos colher subsídios para descrever e analisar a educação sexual como elemento fundamental do ensino básico e como sua aplicabilidade enfrenta barreiras políticas e sociais equivocadamente embasadas no preconceito, no juízo de valores e no desconhecimento de seu significado e de sua essência (Ribeiro, 2013, 2019).

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

De acordo com Anacleto e Maia (2010), as relações de gênero são constituídas culturalmente a partir da socialização do indivíduo na família e na escola, e, na infância, essa socialização torna-se importante tanto para o reconhecimento sobre as diferenças biológicas, como para a construção da compreensão sobre o masculino e feminino.

Dessa forma, as primeiras noções sobre as questões de gênero são construídas na medida em que entramos em contato com as diferentes informações acerca dos papéis de gênero, que nos são transmitidas por meio de diversas maneiras desde a mais tenra idade. Nesse processo, já estão inclusas as expectativas com relação ao gênero e orientação sexual do indivíduo. De acordo com Silva (2017), ao ter conhecimento sobre o sexo da criança, alguns comportamentos são comuns entre os pais/mães que anunciam as expectativas em relação ao gênero do/a filho/a. Dessa forma, muitas vezes, até mesmo aspectos como a decoração do quarto do/a bebê, além dos tipos dos primeiros presentes, expressam essas expectativas.

Mais recentemente, uma prática referente ao momento que antecede a chegada do/a bebê pode exemplificar também o quanto que sociedade ainda naturaliza o que é socialmente construído como sendo feminino ou masculino. Algumas famílias preparam um evento comumente chamado de “Chá revelação”. O objetivo do evento é a revelação sobre o sexo da criança que irá nascer, para a família e convidados/as. Para tanto, em dado momento do evento, alguns artifícios (fumaças, líquidos, entre outros) são apresentados para todo/as os/as presentes, que revelam a cor azul para quando o sexo do/a bebê é masculino e rosa para quando é feminino.

Não podemos ignorar o fato de que existem diversos contextos sociais e econômicos e que, portanto, a questão das cores e roupas nem sempre é uma opção, mas sim, condição. Afinal, estamos falando de crianças, e não de um modelo universal de infância (Kramer, 2006). Os processos de construção da sexualidade e do gênero se dão de forma singular para cada criança a partir do diálogo entre suas experiências vividas no contexto escolar e familiar, com a participação de todos/as os/as envolvidos/as, num processo de troca de aprendizagens que ocorre de forma explícita e implícita (Schindhelm & Evangelista, 2013).

Contudo, para além das cores, atitudes e comportamentos compreendidos como sendo adequados à menina ou ao menino também são transmitidos desde a infância. Os comportamentos e papéis sociais exercidos no seio familiar transmitem noções a respeito das expectativas atreladas a cada gênero. E, dessa forma, em geral, a criança reproduz na brincadeira certos padrões observados no cotidiano familiar (Kishimoto & Ono, 2008).

Além disso, segundo Figueiró (2007), desde muito cedo compreendemos que o “ser homem” ou o “ser mulher” está determinado pelo órgão sexual que se tem. Consequentemente, a orientação sexual estaria intimamente ligada a essa determinação. Em outras palavras, o indivíduo que nasceria com o órgão sexual masculino teria atração por indivíduos nascidos com o órgão sexual feminino e vice-versa.

No entanto, em primeiro lugar, é necessário considerar-se que a identidade de gênero é um conceito plural, visto que os indivíduos se constroem por meio de vivências diferentes, categorias e dimensões distintas, tais como a religião, a cultura, a classe social, entre outras. Essas tornam as identidades de gênero não mais definidas apenas por masculina e feminina, a partir do fato que existem masculinidades e feminilidades múltiplas (Silva, 2017). Em segundo lugar, a orientação sexual se trata de um conceito independente em relação à identidade de gênero e não é definida na infância, conforme afirmam Petrenas et al. (2014). Nesse sentido, são múltiplas as formas de construir e vivenciar a sexualidade, sendo necessário considerar esse aspecto para que não sejam reproduzidos comportamentos e atitudes de discriminação e preconceito.

De acordo com Silva (2017), a pluralidade envolvida nas normas de vivenciar a sexualidade, tanto em relação às identidades de gênero quanto em relação à orientação sexual, não são consideradas no contexto escolar, que reforça o modelo cis/heteronormativo.

Para Maia e Ribeiro (2011), à escola cabe o papel de desnaturalizar conceitos sexistas e promover uma educação sexual para crianças de forma que essas disponham dos recursos necessários para refletirem criticamente sobre os conteúdos que lhes chegam por intermédio da indústria cultural, entre outros meios. A educação sexual escolar exige a reflexão sobre as possibilidades de um processo que promova a crítica e a superação de tabus e preconceitos ligados à sexualidade, e também amplie sua área de abrangência para questões de cidadania e direitos humanos (Ribeiro, 2013).

ABORDAGENS EM EDUCAÇÃO SEXUAL

De acordo com Brol e Martelli (2018), a insegurança relatada pelos/as professores/as para desenvolver um trabalho com a educação sexual em seu ambiente de trabalho, somada à falta da abordagem sobre essa questão na formação desses/as profissionais, dificultam a realização de práticas esclarecedoras acerca da sexualidade no contexto escolar e, nesse sentido, reforça-se a necessidade de que os/as educadores/as tenham formação continuada que proponha esse tema. Assim, muitas vezes, o trabalho de educação sexual tem como base a vivência dos/as professores/as, que transmitem crenças e valores próprios, conforme foram educados/as em relação à sexualidade.

Nesse sentido, é necessário que a formação desses/as profissionais ofereça condições para que sejam refletidos seus tabus e preconceitos acerca da temática da sexualidade, além de superar a concepção de que ela estaria limitada à dimensão biológica.

Ao discutir a questão da abordagem da sexualidade na escola, Brol e Martelli (2018) afirmam que os/as professores/as, enquanto educadores/as sexuais, exercem uma importante função para o conhecimento dos/as alunos/as acerca do tema, ainda que se silenciem diante desse: “Quando estamos em contato com uma criança ou adolescente, respondendo ou não a seus

questionamentos, estamos educando-os sexualmente e, direta ou indiretamente, influenciando na construção de conceitos, ideias e valores” (Brol & Martelli, 2018, p. 279).

As autoras justificam a necessidade de que essa abordagem seja realizada no contexto escolar, considerando que, fora desse, a educação sexual pode ser restrita e influenciada por concepções repressoras, além de preconceitos.

Segundo Furlani (2011), muitos/as daqueles/as que se propõem a pensar num trabalho com educação sexual não julgam necessária a reflexão sobre a abordagem a ser seguida, e grande parte relaciona esse trabalho diretamente e unicamente ao campo da Biologia. Entretanto, conforme a autora, existem diferentes abordagens contemporâneas acerca do trabalho com educação sexual na escola, com divergências e aproximações entre si, mas que traduzem concepções implícitas nas ações pedagógicas. São elas: a “abordagem biológico-higienista”; a abordagem “moral-tradicionalista”; a “abordagem terapêutica”; a “abordagem religioso-radical”; a “abordagem dos direitos humanos”; a “abordagem dos direitos sexuais”; a “abordagem emancipatória”; e a “abordagem *queer*”, sendo que, para a autora, as quatro últimas aproximam-se no quesito valorização da diversidade.

Furlani (2011) acrescenta que a “abordagem dos direitos humanos” parte de um contexto histórico ocorrido após a segunda metade do século XX, quando movimentos sociais e correntes teóricas propagavam outras categorias de análise que não somente a classe social, demonstrando a multiplicidade dos sujeitos a partir de marcadores como gênero, etnia, orientação sexual, entre outros, que, muitas vezes, eram ligados aos mecanismos de exclusão social que deixavam transparecer a falta de universalidade dos direitos humanos, formando um contingente de grupos excluídos. Dessa forma, a “abordagem dos direitos humanos”: “[...] é aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades excluídas” (Furlani, 2011, p. 24).

A “abordagem dos direitos sexuais” baseia-se, como o próprio nome diz, na Declaração Universal dos Direitos Sexuais. O documento, conforme Furlani (2011), foi elaborado inicialmente na Espanha, no 13º Congresso Mundial de Sexologia, passando por revisão e, por fim, por aprovação no 14º Congresso Mundial de Sexologia, esse corrido na China, no ano de 1999. Para Furlani (2011): “Embora tenha sido elaborada no sentido generalizado no que concerne às diversas identidades sexuais, a declaração pode ser vista como um documento político, de reivindicações e conquistas, de reconhecimento e respeito aos grupos e/ou sujeitos subordinados” (p. 24).

Nesse sentido, a educação sexual baseada na “abordagem dos direitos sexuais” contempla não somente o conhecimento acerca da dimensão biológica da sexualidade, mas a problematização sobre aspectos de ordem social que incluam as questões de gênero, orientação sexual e toda a multiplicidade envolvida nos assuntos relacionados à sexualidade, no sentido de combater as discriminações dessa ordem.

Outro ponto muito importante com relação à declaração é o reconhecimento à educação sexual como um direito que deve ser garantido ao longo de toda a vida dos sujeitos. Assim,

essa abordagem prevê o trabalho com a sexualidade na escola desde a infância, o que, segundo a autora, demanda formação específica para que seja realizada de forma adequada pelos/as professores/as.

Os pressupostos da “abordagem emancipatória” fundamentam-se, sobretudo, em ideias com bases marxistas difundidas no Brasil especialmente por Paulo Freire, segundo o qual a educação configura-se em um ato político com vistas à transformação da realidade, conferindo liberdade aos oprimidos a partir de uma prática educativa baseada na crítica e na participação ativa. De acordo com a autora: “Em linhas gerais, é possível afirmar que a ideia de emancipação preconizada por esta vertente acadêmica está associada ao esclarecimento (consciência) que remeterá à liberdade de escolha individual” (Furlani, 2011, p. 33). A opressão em relação à sexualidade se dá por intermédio da repressão sexual, a qual deve ser superada a partir da consciência crítica possibilitada pela educação.

A “abordagem *queer*”, segundo Furlani (2011), surgiu no final do século XX, a partir das contestações feitas principalmente pelos movimentos de liberação gay e feminista lésbico sobre a hegemonia de uma única identidade homossexual. Entretanto, conforme a autora, a teoria *queer* não se limita às questões sexuais, abrangendo outras categorias de análise. Assim: “Trata-se de uma atitude intelectual, investigativa e crítica, de recusa a um sistema de significação normativo” (Furlani, 2011, p. 36). Pensar em uma proposta de educação sexual baseada em uma abordagem *queer* é pensar em uma postura educativa que garanta constantes reflexões críticas sobre as “verdades”, de forma a provocar a indagação sobre os mecanismos que explicam a construção dessas sob um campo normativo. Também é essencial pensar a educação sexual em uma abordagem que envolva cidadania e direitos humanos, como defende Ribeiro (2013).

Partindo, então, desta breve explicação acerca das abordagens que entendem a diversidade como sendo positiva para a atual sociedade, é necessário pensarmos sobre as possibilidades de trabalho com a educação sexual que sejam pertinentes a esse posicionamento.

Dentre as dificuldades relatadas por professores/as na tentativa de abordagem da sexualidade na escola, a partir dos estudos de Spaziani e Maia (2015), Fiorini (2016), Campos e Miranda (2022), Ribeiro e Desidério (2023), Jesus e Silva (2025), dentre outros, podemos formular estas questões: como atrelar educação sexual ao currículo escolar atual? Quais atividades no âmbito da educação sexual são pertinentes ao considerarem-se situações de ensino e aprendizagem envolvendo crianças? Como articular atividades no âmbito da educação sexual às demais áreas do conhecimento? Quais recursos podem ser utilizados nesse trabalho?

Assim, consideramos que a reflexão e o estudo sobre as práticas em educação sexual e a formação continuada de professores são de extrema importância para a superação das dificuldades de se trabalhar com temas de sexualidade na escola.

CONTEÚDOS MIDIÁTICOS E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE TRABALHO

Se, por um lado, a questão da inserção da sexualidade no currículo escolar ainda esteja enfrentando entraves, por outro, a educação sexual de maneira informal tem se realizado por diferentes meios, em especial pela mídia em geral, a qual veicula, de forma deliberada, teores sexuais, bem como atitudes e comportamentos que explicitam ideias acerca das questões de gênero, de forma implícita ou explícita.

Para Varela e Mello (2015), é necessário promover o diálogo acerca dos conteúdos relacionados à sexualidade que são acessados indistintamente pelas crianças por intermédio das mídias digitais. Entre os recursos midiáticos, a televisão ainda se configura em um importante meio de comunicação, haja vista o grande número de pessoas que possuem acesso a esse aparato. Embora exista uma grande variedade de meios de comunicação, principalmente com o avanço das novas tecnologias e internet, sendo crescente o acesso por parte de crianças e jovens a esses novos recursos, atualmente a televisão, bem como outros aparatos considerados mais tradicionais, coexiste com os novos recursos midiáticos.

Segundo Fischer (2013), a televisão é um meio de comunicação que influi sobre o comportamento e ideias daqueles/as que a assistem. Essa influência se estende para as questões relacionadas às relações de gênero e sexualidade. Para Ribeiro (1990), a televisão dissemina conteúdos relacionados à sexualidade por meio das telenovelas, entre outras programações que exercem forte influência sobre atitudes e ideias a respeito da sexualidade.

É necessário retomar que, ao dizer-se sexualidade, está-se referindo à sexualidade em seu sentido amplo, que envolve também as questões de gênero. Sobre isso, é possível observar que esse conteúdo também ganha espaço na programação televisiva. Assim, modelos de família, de comportamentos concebidos como femininos ou masculinos e de papéis sociais conforme o gênero são igualmente transmitidos, ainda que de forma implícita, diariamente, reforçando padrões que são difundidos de forma indiscriminada.

Dessa forma, cabe à escola trabalhar com essa questão, oferecendo oportunidade de esclarecimento e instrumentalização das pessoas para que essas possam realizar a leitura crítica sobre esses conteúdos televisivos.

Conforme consta na BNCC, uma das competências gerais apresentadas no documento refere-se a “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais [...]” (Brasil, 2017, p. 9). Nesse sentido, é necessário que o/a educando/a tenha a habilidade de entender a influência exercida pelos conteúdos midiáticos sobre as vidas das pessoas e, assim, exerça a crítica sobre esses.

É interessante notar o espaço que a linguagem digital tomou no currículo por meio da BNCC, sendo mencionada em vários momentos do documento, o que sugere uma modificação sobre a didática do/a professor/a. Assim, é possível estabelecer uma aproximação entre as diversas

mídias e a escola e pensar em caminhos para a promoção não só de uma educação sexual, mas da educação em seu sentido amplo, de forma crítica.

De acordo com Kornatzki e Chagas (2015), a área de estudos voltada ao processo educativo frente ao desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente envolvida com projetos como o *Innovative Technologies for an Engaging Classroom* (iTEC), tem utilizado o termo “cenário de aprendizagem” para que sejam pensadas as possibilidades e limites de iniciativas no campo da educação que envolvem a utilização de recursos tecnológicos.

Segundo Cranmer e Ulicsak (2015), os cenários de aprendizagem são narrativas que descrevem situações de ensino e aprendizagem que, diferentemente dos planos de aula, são flexíveis e podem ser adaptados conforme as necessidades de cada contexto.

Buscando descrever situações de ensino e aprendizagem envolvendo a educação sexual a partir de recursos midiáticos, busca-se inspirar a reflexão sobre possibilidades e desafios no trabalho com a sexualidade na escola. Dois livros organizados por Desidério (2016, 2018) trazem reflexões sobre a mídia enquanto recurso na Educação Sexual, inclusive com capítulos em que campanhas e anúncios publicitários são analisados quanto à utilização de contextos em que a desigualdade de gênero aparece. Pensando contribuir com a formação de professores, a Editora Pedro & João publicou uma coleção sobre Sexualidade & Mídias com uma série de livros que abordam a sexualidade em filmes, da qual destacamos Bortolozzi e Carvalho (2020) e Carvalho e Bortolozzi (2020).

Para a construção desse cenário, portanto, foram considerados alguns aspectos norteadores: objetivos com base no currículo escolar para o Ensino Fundamental (Brasil, 2017); atividades e tarefas, ou seja, o que acontece no cenário; espaço no qual o cenário irá se desenvolver; envolvidos/as no cenário de aprendizagem; e recursos de apoio ao desenvolvimento das atividades.

Embora os temas ligados às questões de gênero e sexualidade tenham sido suprimidos da última versão da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, Leão et al. (2024) apontam que algumas habilidades contidas no documento, especificamente na área de Ciências, podem direcionar um trabalho envolvendo essas temáticas.

Além disso, é necessário considerar alguns dos objetivos gerais da BNCC expressos no próprio documento:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a **construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva...**
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o **respeito ao outro e aos direitos humanos**, com acolhimento e **valorização da diversidade** de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos de qualquer natureza**. (Brasil, 2017, p. 9, grifos nossos)

Nesse sentido, entendemos que a “construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, que promove o “respeito ao outro e aos direitos humanos” além da “valorização da diversidade”, combatendo “preconceitos de qualquer natureza”, é uma sociedade que promove educação sexual a fim de debater ideias, tabus e preconceitos acerca das questões de gênero e sexualidade, com vistas a superá-los.

Ainda que esses temas não estejam explícitos, percebe-se que são pertinentes de serem trabalhados na escola, ao considerarmos os objetivos gerais assinalados por meio da BNCC.

Ademais, quando pensamos no trabalho envolvendo recursos midiáticos, temos o respaldo da BNCC, que salienta a importância de um tratamento crítico e reflexivo realizado sobre os diferentes tipos de linguagens: “Reflexão crítica sobre as temáticas tratadas e validade das informações” (Brasil, 2017, p. 73).

A seguir, serão descritos esses cenários que, conforme Cranmer e Ulicsak (2015) assinalam, podem ser pensados e flexibilizados de acordo com os contextos.

Quadro 1

Cenário de aprendizagem

Os estereótipos de gênero presentes na mídia

Objetivos	- Saber identificar estereótipos presentes na mídia acerca das questões de gênero; - Refletir criticamente sobre os estereótipos que envolvem o brincar; - Valorizar a diversidade dentro do universo infantil; - Ter postura investigativa acerca do conhecimento; - Utilizar linguagem de forma adequada para exprimir ideias e opiniões; - Entender a Arte como forma de leitura do mundo, capaz de expressar sentimentos e opiniões; - Utilizar a linguagem gráfica para exprimir informações.
Espaços	Sala de aula; sala de informática
Envolvidos/as	Professor/a e alunos/as
Recursos	Cartolina; canetas hidrocor; computador; internet

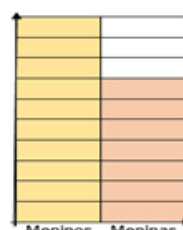
Atividade 1: Levantamento do conhecimento prévio

A atividade é iniciada a partir dos seguintes questionamentos destinados aos/as alunos/as:

- 1) Você já brincou ou brincava frequentemente de carrinho, pipa ou bola?
Resposta pessoal.
- 2) Você já brincou ou brincava frequentemente de boneca, “mamãe e papai” ou cozinha?
Resposta pessoal.

Após responder às questões, os/as alunos socializam suas respostas com os/as colegas. A partir das respostas, os dados serão organizados em dois gráficos feitos coletivamente, conforme o exemplo a seguir:

Você já brincou ou brincava frequentemente de carrinho, pipa ou bola?



Fonte: Elaborado pelos autores

Atividades e tarefas

Os estereótipos de gênero presentes na mídia

Com o recurso gráfico, será visualizado o resultado dessa pequena pesquisa. As questões abaixo auxiliam a análise sobre as respostas:

- 1) Em relação às brincadeiras com carrinho, pipa ou bola houve diferença com relação às respostas entre meninos e meninas? Comente.
- 2) Em relação às brincadeiras com boneca, “mamãe e papai” ou cozinha houve diferença com relação às respostas entre meninos e meninas? Comente.

Assim, é realizada a discussão inicial a respeito do tema quando, ao analisarem as respostas dadas aos questionamentos, os/as alunos/as são instigados/as a refletirem sobre seus conhecimentos prévios acerca das questões de gênero, também presentes nas escolhas das brincadeiras infantis.

Atividade 2: Análise textual e primeira discussão

Primeiramente, o título do texto, disponível na internet, *Cozinha para meninos e carrinho para meninas! Marca cria catálogo neutro de brinquedos, sem distinção de gênero* (Crescer, 2014) é apresentado sem os demais elementos estruturais, a fim de que o/a aluno/a possa ativar seus conhecimentos prévios, bem como suas inferências a respeito do texto.

Nesse momento, são discutidas as hipóteses com relação ao termo *gênero*, o qual pode não ser de conhecimento de todos/as. Em seguida, o texto é socializado por completo. A primeira leitura é realizada pelo/a aluno/a.

Assim, algumas questões poderão ser propostas

- 1) O que você entende por gênero?
Resposta pessoal.
- 2) Agora, com o auxílio de um dicionário, anote o significado dessa palavra e socialize com a turma as definições encontradas.
- 3) Você já ouviu ou viu essa palavra antes? Comente e socialize com seus/suas colegas.
Resposta pessoal.
- 4) Analisando o título, sobre o que você acha que o texto vai falar?

Resposta pessoal (é interessante a anotação das inferências sobre o título para que, posteriormente à leitura, elas sejam confrontadas com as ideias apresentadas no texto).

Posteriormente, os/as alunos/as leem o texto por completo e observam se suas hipóteses estão corretas ou não com relação a ele. Após a leitura feita pelos/as alunos/as, é aberto espaço para a discussão a respeito do texto. Essa discussão é desenvolvida mediante as seguintes questões:

- 1) Sobre o que trata esse texto?
Sobre marcas de brinquedos que elaboraram catálogos sem determinação de gênero para os produtos.
- 2) Enumere e descreva brevemente as imagens presentes no texto.
Imagem 1: Um menino e uma menina envolvidos/as em uma brincadeira com brinquedos que imitam utensílios domésticos da cozinha.
Imagem 2: Um menino e uma menina brincando juntos com pequenos bonecos.
Imagem 3: Um menino e uma menina brincando com diferentes atiradores de brinquedo.
Imagem 4: Um menino e uma menina brincando juntos com brinquedos que representam ferramentas.
- 3) O que há de curioso nessas imagens?
As imagens representam meninos e meninas brincando com brinquedos diversos.
- 4) Você já brincou com um brinquedo que considera ser de um gênero diferente do seu? Como você se sentiu?
Resposta pessoal.
- 5) Você já presenciou uma situação de preconceito envolvendo essas questões? Se sim, comente.
Resposta pessoal.

Atividades e tarefas

Os estereótipos de gênero presentes na mídia

É importante que o/a professor/a instigue a turma a refletir sobre possíveis experiências vivenciadas nas quais a questão das cores, brinquedos e brincadeiras trazem essa diferenciação do que pode ser do mundo feminino e do que pode ser do mundo masculino, sempre no sentido de superarmos essa dicotomia e determinismo.

Atividade 3: Aprofundamento sobre o tema

O próximo texto é intitulado *Por que rosa é cor “de menina” e azul, “de menino”?* (Ferraza, 2018) e também está disponível na internet. Ele traz explicações importantes sobre questões que envolvem as relações de gênero.

Assim, os/as alunos/as fazem a leitura e, após, respondem às seguintes questões:

- 1) Qual o assunto do texto?
A explicação histórica para coisas que são consideradas de menino e de menina.
- 2) Conforme a autora, por que existem cores de meninos e de meninas?
Por questões comerciais (marketing).
- 3) Hoje, muitas vezes as pessoas falam que vestido é “coisa de menina”. Sempre foi assim? Explique com base no texto.
Não. Até o fim do século 19, crianças pequenas de ambos os sexos usavam essa peça, que facilitava os movimentos e a higiene.
- 4) O que o estudo da Universidade de Cambridge concluiu?
A conclusão do estudo foi a de que o gosto por brinquedos é adquirido socialmente, e não algo inato.
- 5) Qual a sua opinião sobre isso após ler essa reportagem?
Resposta pessoal.
- 6) A seguir, estão algumas palavras variadas que dizem respeito a brinquedos, objetos e ações:

Atividades e tarefas

VARRER A CASA	SKATE	JOGAR FUTEBOL	BOXE
		COZINHAR	CHORAR
COR DE ROSA	BOLA	CAIXA DE FERRAMENTAS	COSTURAR
BALLET		BONECA	BICICLETA

Fonte: Elaborado pelos autores.

As crianças copiam e organizam, conforme sua opinião, as palavras num quadro disposto em três colunas, denominadas respectivamente: “coisa de homem ou de menino”; “livre”; “coisa de mulher ou de menina”. Quando a palavra indica algo que a criança considera ser “coisa de homem ou de menino”, ela a copia na primeira coluna. Quando a palavra indica algo que o/a aluno/a considera ser “coisa de mulher ou de menina”, ele/a a copia na terceira coluna. Já quando a palavra indica algo que a criança considera ser de homem/menino ou mulher/menina, ou seja, livre, ela a copia na coluna do meio.

Atividade 4: Análise de mídia televisiva:

O/A professor/a exibe o vídeo *Brinquedos Estrela (Dia da Criança) – 1989*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SbmvHLISnFQ>. Trata-se de um comercial feito pela empresa Estrela (Manufatura de Brinquedos Estrela S.A), exibido na década de 1980, no Brasil, próximo ao Dia das Crianças. O comercial traz imagens de crianças brincando com alguns brinquedos feitos pela empresa. As imagens, conforme análise feita sobre o material, trazem muitos conteúdos a respeito das questões de gênero, que podem ser trabalhados de forma crítica no contexto escolar.

Os estereótipos de gênero presentes na mídia

Primeiramente, as crianças são informadas a respeito do trabalho a ser executado em grupos. Cada grupo, primeiramente, identifica alguns aspectos importantes que se referem ao material, propriamente. Dessa forma, é importante que criem hipóteses sobre o tipo de mídia, quando foi veiculada, por qual meio de circulação, qual a empresa envolvida no trabalho, o que ela objetivou com ele, qual o público que ela quis atingir. Esses questionamentos são registrados para que todos os grupos saibam orientar seus olhares sobre o objeto a ser analisado.

Os grupos também são informados de sua segunda tarefa, a qual consiste na análise de uma imagem retirada do vídeo. A partir dela, os grupos produzem um pequeno texto, descrevendo e refletindo sobre possíveis questões que se relacionam com a temática trabalhada pelas atividades anteriores.

Antes, porém, todos/as assistirão algumas vezes e discutirão sobre o comercial, entre todos os grupos.

Esse debate é feito por meio de alguns questionamentos incitados pelo/a professor/a, tais como:

- Qual a diferença entre essas imagens que vocês viram e as imagens da reportagem *Cozinha para meninos e carrinho para meninas! Marca cria catálogo neutro de brinquedos, sem distinção de gênero*?
- Qual a relação desse vídeo com o que já estudamos e discutimos sobre meninas e meninos?
- Qual a sua opinião sobre isso?
- É correto dizer que bonecas são brinquedos de meninas? Por quê?
- Você já viu algo parecido passando na TV?

Modelo de roteiro para análise:

Sobre o vídeo:

- 1) Por qual o meio de circulação essa mídia foi veiculada?
- 2) Quando foi veiculada?
- 3) Qual a empresa envolvida no trabalho?
- 4) O que essa empresa objetivou com esse trabalho?
- 5) Qual o público que ela quis atingir?

Sobre a imagem:

- 1) Descreva o que está acontecendo na imagem que você recebeu.
- 2) Qual o conceito relacionado às questões de gênero nela presentes?
- 3) Depois do que discutimos, qual a opinião do grupo sobre isso?

Atividades e tarefas

Atividade 5: Expondo opiniões por meio da Arte:

Cada criança recebe uma folha de papel, onde exprime, por meio da pintura e desenho, sua opinião a respeito da seguinte questão: brincadeira tem gênero? Os desenhos também deverão ser expostos no painel da turma.

Atividade 6: Uma espécie de fechamento:

Por fim, o/a professor/a retoma o cartaz feito na atividade 3 com a classe e o refaz conforme as novas opiniões formadas a respeito do assunto. O novo cartaz será exposto no painel da turma.

É importante enfatizar que esse momento é denominado de “espécie” de fechamento, pois o trabalho com as questões relacionadas à sexualidade deve ser contínuo no espaço escolar, seja relacionando-o com os demais conteúdos regulares da escola, seja nos conteúdos atitudinais que acontecem no cotidiano.

As aulas podem ser adaptadas, conforme as necessidades de cada turma. Além disso, outras disciplinas, tais como Ciências, podem ser aliadas nessa abordagem.

Nota. Autoria própria.

As atividades foram pensadas de forma a promover uma interação entre diferentes áreas do conhecimento. Tentou-se elaborar um cenário condizente com a atual configuração da maioria das escolas públicas brasileiras. Assim, são mencionados recursos simples e tradicionais, mas também, conteúdos veiculados na mídia digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual enquanto tema objeto de ensino na escola e área a ser inserida na prática educacional teve sua proposição nas primeiras décadas do século XX e seu auge nos anos 1990-2012, quando a sociedade brasileira viveu seu período de maior liberdade, resultante das lutas pelos direitos civis pós ditadura de 1964-1985 e promulgação da Constituição Cidadã de 1988 (Bedin, 2010, 2016; Bedin et al., 2020; Ribeiro, 2019).

No entanto, uma moral conservadora se instalou no Brasil a partir de 2014, e temas progressistas como sexualidade, igualdade de gênero, homofobia, diversidade, direitos humanos, violência contra a mulher e liberdade de expressão passaram a ser combatidos e execrados por metade da sociedade brasileira, metade esta que se autodenominava de “direita” ou de “extrema direita” e passou a ser a mais poderosa configuração política brasileira, que desde 2018 incita um discurso de ódio sem igual no Brasil contra qualquer pensamento, ideia ou valor que possa ser associado à esquerda. Desta forma, a questão da educação sexual, em especial a educação sexual de crianças, se tornou um grande tabu. Alvo de diversas opiniões, a temática acabou por sofrer as consequências dessas concepções conservadoras que ignoram a ciência, os novos estudos e a amplitude do tema.

A escola brasileira não mais tem, como uma de suas metas, o desenvolvimento da reflexão, da crítica, do questionamento, do empoderamento e da consciência política. Em seu lugar, o objeto de desejo são as escolas cívico-militares que criam alunos e futuros cidadãos subservientes, não pensantes, seguidores de ordens e passíveis de reproduzir discursos de ódio e banalização da ciência.

Não compactuamos com essa direção perversa, atabalhoada e inculta tomada por essa grande parcela de brasileiros e brasileiras, que atravancou a evolução social e política do país e confundiu as mentes incautas que hoje se arvoram no direito de conduzir a nação. Por isso insistimos na importância de fomentar a reflexão, a consciência política e o empoderamento, tanto social quanto de gênero, bem como estimular e criar possibilidades de práticas em educação sexual que considerem didáticas nas quais o/a educando/a seja sujeito ativo/a no processo, aproveitando os diferentes recursos de que dispomos a fim de torná-los cidadãos ativos conscientes dos direitos e deveres, tanto seus quanto do outro. Nesse sentido, retoma-se a importância de se propor estudos que socializem a educação sexual como prática transformadora, valorizando a diversidade e a vida.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J. (1935). *Educação sexual pelo rádio*. Círculo Brasileiro de Educação Sexual.
- Anacleto, A. A. A., & Maia, A. C. B. (2010). Gênero na infância: análise do filme “La vie en rose” como instrumento pedagógico em educação sexual. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 4(3), 309–319. <https://doi.org/10.21723/riaee.v4i3.2758>
- Barroso, C., & Bruschini, C. (1982). *Educação sexual: debate aberto*. Vozes.
- Bedin, R. C. (2010). *A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/90251>
- Bedin, R. C. (2016). *A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/138253>
- Bedin, R. C., Muzzeti, L. R., & Ribeiro, P. R. M. (2020). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XX aos dias de hoje. *Humanidade & Inovação*, 7(27), 72–88.
- Bortolozzi, A. C., & Carvalho, L. R. S. (Orgs.) (2020). *Leituras sobre a sexualidade em filmes: intersecções sobre vínculos, desejos e relacionamentos*. Pedro & João.
- Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais – orientação sexual*. Ministério da Educação.
- Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Ministério da Educação.
- Brol, I. S., & Martelli, A. C. (2018). Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino. *Ártemis*, 25(1), 274–291. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.36304>
- Campos, I. C., & Miranda, J. C. (2022). Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. *Boletim de Conjectura*, 12(34), pp. 108-126.
- Carvalho, L. R. S., & Bortolozzi, A. C. (Orgs.). (2020). *Leituras sobre a sexualidade em filmes: identidades dissidentes e opressões*. Pedro & João.
- Cranmer, S., & Ulicsak, M. (2015). Development of the Future Classroom Toolkit. In F. Assche, L. Anido-Rifón, D. Riffiths, C. Lewin, & S. McNicol (Eds.), *Re-engineering the Uptake of ICT in Schools* (pp. 17–39). Springer.
- Crescer. (2014, 30 de julho). Cozinha para meninos e carrinho para meninas! Marca cria catálogo neutro de brinquedos, sem distinção de gênero. *Revista Crescer*. <https://revistacrescer.globo.com/Curiosidades/noticia/2014/07/cozinha-para-meninos-e>

-carrinho-para-meninas-marca-cria-catalogo-neutro-de-brinquedos-sem-distincao-de-genero.html

Desidério, R. (Org.). (2016). *Sexualidade, educação e mídias: novos olhares, novas práticas*. EDUEL.

Desidério, R. (Org.). (2018). *Reflexões sobre a sexualidade nos espaços midiáticos*. Syntagma Editores.

Ferraza, A. (2018). Por que rosa é cor “de menina” e azul, “de menino”? *Mundo Estranho*. <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/por-que-rosa-e-cor-demenina-e-azul-de-menino>

Figueiró, M. N. D. (2007). *Homossexualidade e Educação Sexual: construindo o respeito à diversidade*. EDUEL.

Fiorini, J. S. (2016). *Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/138878>

Fischer, R. M. B. (2013). *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. Autêntica.

Furlani, J. (2011). *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Autêntica.

Gallacho, J. C. (2000). *A orientação sexual em um trabalho integrado educação e saúde: estudo analítico-descritivo e documental de um programa de intervenção*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].

Jesus, I. A. & Silva, I. V. S. (2025). Educação sexual: uma (re)sistência constante na introdução do currículo escolar no âmbito do Ensino Fundamental. *Imersão*, 1(7), 129–141.

Kishimoto, T. M. & Ono, A. T. (2008). Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. *Proposições*, 19(3), 209–223. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300011>

Kornatzki, L. & Chagas, M. I. S. C. (2015). Histórias e narrativas digitais na educação sexual da infância: possibilidades e limitações. *Perspectiva*, 33(3), 1041–1068. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1041>

Kramer, S. (2006). *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Cortez.

Leão, A. M. C., Leão, A. M. C., & Ribeiro, P. R. M. (2024). Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: entre embates e possibilidades. *Doxa*, 25, e024002. <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.18581>

Maia, A. C. B. (2005). O desenvolvimento da sexualidade na infância. In A. C. B. Maia & A. F. Maia (Orgs.), *Sexualidade e infância* (pp. 84–101). FC/CECEMCA.

- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *Doxa*, 15(1), 41–51. <http://hdl.handle.net/11449/124985>
- Oliveira, S., Ribeiro, P. R. M., & Silva, R. C. (2023). José de Albuquerque: o pioneiro da educação sexual museal. In L. Massarani & I. Waltz (Orgs.), *Divulgação científica e sua interface com o ensino em biociências e saúde* (pp. 137–152). CRV.
- Petrenas, R. C., Gonini, F. A. C., Mokwa, V. M. N., & Ribeiro, P. R. M. (2014). Era uma vez um menino e uma menina...: representações de gênero através de livros paradidáticos nos anos iniciais no ensino fundamental. *Ártemis*, 17(1), 129–140.
- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2004). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In P. R. M. Ribeiro (Org.), *Sexualidade e educação: aproximações necessárias* (pp. 27–71). Arte & Ciência.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação sexual além da informação*. E.P.U.
- Ribeiro, P. R. M. (2002). A sexualidade na história. In P. R. M. Ribeiro (Org.), *Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão* (pp. 9–16). Cultura Acadêmica.
- Ribeiro, P. R. M. (2013). A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos de uma cidadania ativa. In A. O. Rabelo, G. R. Pereira, & M. A. S. Reis (Orgs.), *Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas* (pp. 7–17). De Petrus.
- Ribeiro, P. R. M. (2019). Desafios contemporâneos em educação sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In R. Desidério (Org.), *Interseccionalidade e transgressões em educação sexual* (pp. 29–39). Syntagma.
- Ribeiro, M., & Desidério, R. (2023). Educação sexual e a prática pedagógica de professores do Ensino Fundamental I. *Cadernos da Pedagogia*, 17(38), 496–509.
- Rother, E. T. (2007). Editorial: revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v–vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Schindhelm, V. G., & Evangelista, M. N. (2013). Sexualidade infantil, gênero e uma educação a contrapelo. *Educação em Questão*, 45(31), 131–153. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2013v45n31ID5107>
- Silva, R. D. (2017). Refletindo sobre as questões de gênero em sala de aula. *Travessias*, 11(1), 15–23.
- Spaziani, R. B., & Maia, A. C. B. (2015). Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. *Psicopedagogia*, 32(97), 61–71.
- Varela, C. & Melo, S. M. M. (2015). Educação sexual, crianças e mídias: algumas reflexões. *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*, 10(2), 341–356. <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i2.6346>

Werebe, M. J. G. (1998). *Sexualidade, política e educação*. Autores Associados.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Não se aplica.

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: O estudo não envolveu seres humanos, dados identificáveis ou intervenções com participantes, não se enquadrando, portanto, nas exigências de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a legislação vigente.

Disponibilidade de dados e material: Todos os dados analisados são provenientes de materiais públicos, devidamente referenciados no texto, podendo ser acessados nas respectivas fontes.

Contribuições dos autores: JSF: redação inicial com orientação de PRMR; redação final. PRMR: correção, revisão, acréscimos; redação final.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação

Revisão, formatação, normalização e tradução

